

# PRAIA DOS OSSOS

um podcast original da Rádio Novelo

## Episódio 8 - Rua Ângela Diniz

**Branca Moreira Alves:** Bom, então saiu na *Tribuna da Imprensa*, 21 de dezembro de 1981: *Senhor Redator, eu tive o desprazer de ler uma reportagem neste jornal sobre um grupo de mulheres que quer combater a violência que elas dizem sofrer. O nome desse grupo é SOS Mulher e fala em agressões que as mulheres vêm sofrendo há muito tempo, desde agressões físicas até discriminação no trabalho. Minha verdadeira impressão é que as mulheres que compõem esse grupo não têm o que fazer em casa. Nem mesmo sexo, pois devem ser solteironas (ou desquitadas), classe média, extravasando esse complexo através do que dizem ser "uma luta" contra a violência. Só porque uma ou outra mulher andou levando uns tapas de seus maridos, possivelmente com razão, elas se acham no direito de reclamar e pixar muros pela cidade (vi na foto da reportagem).*

**Branca Vianna:** Durante todo o tempo que a gente passou fazendo esse podcast teve uma entrevista muita importante que demorou mais de um ano pra sair. Foram muitas negociações – a gente chegou a marcar uma viagem que caiu em cima da hora... Até que ela abriu uma brecha quando a gente já tinha quase desistido.

E a entrevista só aconteceu com uma condição: a Flora Thomson-DeVeaux, pesquisadora do podcast, teve que ir no meu lugar. Numa altura da entrevista, a Flora pediu pra entrevistada ler essa carta que foi mandada pro jornal *Tribuna da Imprensa* pouco depois do segundo julgamento do Doca Street. Era uma reação à mobilização feminista.

**Branca Moreira Alves:** *Estou escrevendo esta carta porque não tenho culpa de elas não terem conseguido "um bom casamento", e, por isso, não sou obrigado a ouvir seus choros. Aqui em casa não tem nada disso, e minha patroa está mesmo preocupada é em cuidar das crianças e da casa, dentro de princípios cristãos, respeitando a propriedade alheia e as vontades do seu marido. Se todas tivessem esse procedimento, não tenho dúvida que esse mundo seria bem melhor, e essas mulheres não estariam por aí "colocando minhocas nas cabeças de outras mulheres".*

**Branca Vianna:** Essa entrevistada era uma daquelas mulheres que andavam botando minhoca na cabeça de outras mulheres.

**Branca Moreira Alves:** Que é que eu digo sobre essa carta? Primeiro que não é novidade nenhuma. Segundo, é, realmente, a gente tem que ser bem comportada, né, pra não apanhar, então a gente tem que ficar em casa, cuidando de criança, cuidando do jantar dele, cuidando da roupa dele, cuidando de ele ser feliz. Isso tudo a gente aprendeu pelos séculos afora, não tem nada de novo, né. E... Ele tem mais é que ficar com raiva, tem razão, tá acabando isso tudo aí. Coitado dele, dá pena, né. Dá pena.

**Branca Vianna:** Essa feminista tinha um bom motivo pra não querer ser entrevistada por mim.

**Branca Moreira Alves:** Eu me chamo Branca Maria Moreira Alves.

**Branca Vianna:** Sim, minha mãe também se chama Branca. E a mãe dela, a minha avó, também se chamava Branca. E a mãe da minha avó também se chamava Branca. A minha mãe me chama de Quinha, aliás, e por isso você vai ouvir ela e a Flora se referindo a mim desse jeito.

Ela achou que ia ser estranho dar o depoimento pra mim, porque eu já conhecia todas essas histórias da vida dela, né? Mas eu confesso que pra mim também foi um alívio. Porque entrevistar a mãe da gente não é tarefa fácil.

**Branca Moreira Alves:** O que eu fui na vida? Não sei o que você quer que eu diga. É... Eu não gosto de currículo, não, eu só digo o seguinte: eu sempre, eu sempre me apresentei assim, sou feminista.

**Branca Vianna:** A minha mãe já militava na causa feminista desde antes da morte da Ângela. Ela era da mesma turma da Hildete Pereira de Melo e da Jacqueline Pitanguy, que a gente ouviu em episódios anteriores aqui do *Praia dos Ossos*.

Então você pode imaginar que a defesa dos direitos das mulheres era uma linha fundamental da minha criação – tipo escovar os dentes e estudar pra prova. Mas não dá pra dizer que a minha mãe fez de mim e da minha irmã militantes feministas desde criancinha. Naquela época, a gente passava bem ao largo de tudo isso.

Tanto que eu contei aqui, no primeiro episódio, que eu levei um susto quando a Flora encontrou os nossos nomes num manifesto denunciando o machismo na sociedade brasileira, logo depois do primeiro julgamento do Doca. Aqui a Jacqueline Pitanguy lendo um trechinho:

**Jacqueline Pitanguy:** *O julgamento de Doca expressa a maneira pela qual a sociedade brasileira resolve as relações de poder entre os sexos: o sexo masculino, aqui representado pelo senhor Raul Fernando do Amaral Street, pode impunemente punir uma mulher que não corresponde ao seu papel tradicional.*

**Branca Vianna:** É a cara da minha mãe esse manifesto. Mas, na verdade, nem ela se lembrava de ter assinado. Aliás...

**Branca Moreira Alves:** E eu não lembro que eu tenha posto as meninas, mas eu devo ter posto.

**Flora Thomson-DeVeaux:** Você acha que elas não escreveram?

**Branca Moreira Alves:** Não sei, elas eram muito meninas. Em que ano foi isso?

**Flora Thomson-DeVeaux:** Foi em '79, então...

**Branca Moreira Alves:** Então a Quinha tinha 17, e a Anna, 15.

**Flora Thomson-DeVeaux:** Dava pra escrever o nome.

**Branca Moreira Alves:** Escrever o nome sim, mas credo. Eu não partilhava nada disso com elas, nada. As reuniões eram lá em casa, elas entravam, saíam, todo mundo conhecia elas, não sei quê, iam cuidar da vida delas.

**Flora Thomson-DeVeaux:** Então não teve um momento de você sentar...

**Branca Moreira Alves:** Não lembro, posso ter feito isso.

**Flora Thomson-DeVeaux:** “Olha que absurda essa sentença...”

**Branca Moreira Alves:** Elas também não lembram, lembram?

**Flora Thomson-DeVeaux:** Não.

**Branca Moreira Alves:** Então eu devo ter assinado o nome delas, não sei. Não tenho a menor ideia.

**Flora Thomson-DeVeaux:** A gente vai terminar essa série desmascarando [risos].

**Branca Moreira Alves:** Eu não sei nem se eu faria isso nem como é que passaria na minha cabeça fazer isso, mas também não me vejo mostrando pra elas o manifesto. Engraçado, né. Porque elas não participavam de nada, nada. Se bem que, em 1975, quando a gente fez o encerramento do Ano Internacional da Mulher, a Quinha tinha 13 anos, e uma amiga dela, que também chamava Branca foram... É a única vez que eu me lembro, que eu me lembro que eu fiquei muito feliz, foram ajudar a prender os cartazes, a... a montar o negócio. Mas depois disso eu não lembro delas em nada. E eu até gostaria. Eu gostaria que elas tivessem participado mais. Mas não lembro.

**Flora Thomson-DeVeaux:** Você não ia forçar uma barra.

**Branca Moreira Alves:** Que isso, forçar a barra, eu, hein. Imagina. Não.

**Branca Vianna:** Nem sempre filho de militante sai militante. Eu lembro de achar uma chatice total aquelas reuniões. E acabei seguindo outro caminho.

Ou talvez a minha militância seja outra. O que me interessa mesmo são histórias. Foi por isso que eu resolvi fazer o podcast *Maria vai com as outras* em 2018, pra ouvir as mulheres sobre as histórias delas, de vida e de trabalho.

E, no caso da Ângela Diniz, me interessava justamente a história. A história que eu queria contar neste podcast é a da vida e da morte de uma mulher e dos dois julgamentos do assassino dela. A sentença no segundo julgamento do Doca Street foi uma vitória importante pro movimento feminista. Um símbolo.

Símbolos são poderosos. Mas não são tudo. E a história da mobilização em torno da violência contra a mulher e do feminicídio obviamente não acabou ali no tribunal de Cabo Frio, em 1981.

Hoje a gente vai tentar fazer um balanço. Que tipo de vitória foi essa, afinal? Como ficou o legado da Ângela? E o que a gente pode fazer com tudo isso?

Eu sou a Branca Vianna, e esse é o *Praia dos Ossos*.

Episódio Oito. Rua Ângela Diniz.

**Fernando Fragoso:** Às vezes há fatos que acabam modificando a lei. E a conduta das pessoas...

**Branca Vianna:** Esse é o Fernando Fragoso, filho do Heleno Fragoso, que auxiliou a acusação no segundo julgamento do Doca. A gente sentou com ele em 2019.

Nas entrevistas que eu fiz sobre o legado do movimento “Quem Ama Não Mata”, sempre vinha um ponto muito claro: o fim da legítima defesa da honra – que, lembra?, nunca constou do Código Penal, mas era ponto pacífico nos argumentos dos advogados. E o Fernando Fragoso me disse que, mesmo sem uma mudança na lei, o movimento feminista conseguiu desmoralizar esse argumento.

**Fernando Fragoso:** No caso da Ângela Diniz, não houve uma modificação legal, mas houve uma modificação de mentalidade significativa a partir desse fato.

**Branca Vianna:** E alguns advogados continuam usando “legítima defesa da honra”.

**Fernando Fragoso:** Ah, mas não levam mais, né. O argumento acabou.

**Branca Vianna:** Até usam...

**Fernando Fragoso:** Talvez no Norte, Nordeste. Onde, né...

**Flora Thomson-DeVeaux:** A gente tá falando com um no Paraná. Então no Sul também!...

**Fernando Fragoso:** É, eu acho, eu acho... No Sul também?! Mas tem absolvições?

**João Batista Cardoso:** Meu nome é João Batista Cardoso, eu sou advogado criminalista já há mais de três décadas, trinta anos advogado criminalista. E resido atualmente em Apucarana, Norte do Paraná, mas também tenho escritório e parcerias em Curitiba e Florianópolis.

**Branca Vianna:** A gente foi procurar o João Batista por causa de um caso que aconteceu em Apucarana em 1988.

**João Batista Cardoso:** Tratou-se de dois homicídios triplamente qualificados, os dois, um contra a cômpute que era a esposa do João Lopes, a Terezinha, que foi flagrada na constância do casamento, ele suspeitou de que a esposa teria saído uma tarde de casa, arrumada e tudo mais. Parece que disse que ia no comércio e ele... deve ter seguido ela e encontrou a mulher depois entrando num hotel, mais ou menos no centro da cidade de Apucarana. E aí ele esperou, achou que ela tava querendo um emprego, ele esperou uns quarenta minutos e chegou na portaria, porteiro falou que ela tava num quarto lá com o Félix. E ele se apresentou, falou: "Eu tenho que entregar uma carteira de

trabalho", ou algo assim, pra ele, e foi ver como é que estava a situação. Aí o porteiro foi lá com ele, quando abriu a porta, a esposa estava nua sobre a cama e o... e o... e o Félix tava de cueca, e ela nua na cama, e ele sacou de uma faca que portava e desferiu dezesseis facadas no rapaz, lá dentro do quarto mesmo, enquanto ele esfaqueava o rapaz, acho que teve luta corporal com ele, a Terezinha conseguiu pular por cima dos dois, nua, ganhou o corredor do hotel, ganhou a rua, saiu correndo, mas ele a perseguiu e, defronte um hospital, onde ela tava tentando entrar, ele desferiu duas facadas nas costas dela, e ela também veio a óbito.

**Branca Vianna:** O João Batista foi o advogado do João Lopes, o assassino. Ele contou que a população tinha ficado revoltada com a brutalidade do crime. Mas o argumento dele na defesa era de que o marido teve motivo pra fazer o que fez.

**João Batista Cardoso:** A defesa foi a legítima defesa da honra, que eu aleguei no plenário do júri, que o júri é soberano pra decidir, é uma legítima defesa da honra que não é prevista no nosso Código Penal, que da honra do marido ofendido pelo adultério da mulher, ou vice-versa.

**Branca Vianna:** Deixa eu perguntar uma coisa que eu não entendi direito. A defesa alegada então foi legítima defesa da honra pelo adultério da mulher, mas você falou que isso não existe no código penal, como é que funciona?

**João Batista Cardoso:** Não, de direito no Código Penal existe legítima defesa, mas não a legítima defesa da honra do marido ferido pelo adultério da mulher. Só que no Brasil, imenso, dentro desse mesmo país que nós vivemos existem muitos Brasis. Se o adultério no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Florianópolis, Belo Horizonte, Fortaleza, em algumas capitais, algumas capitais do Brasil, o adultério do marido ou da mulher não fere a honra do cônjuge, no interior do Paraná, naquela época, em Apucarana, o sujeito era olhado na rua como um corno, uma série de pejorativos que ficam, e às vezes o homem ou a mulher, numa violenta emoção, pode defender a si próprio achando que tá defendendo a própria honra. Então ela não existe no Código Penal, mas no tribunal do júri todas as defesas e argumentações podem ser arguidas.

**Branca Vianna:** Era a mesma história que a gente tinha ouvido no primeiro julgamento do Doca. A ideia da "inexigibilidade de conduta diversa" – quer dizer: não se esperava outra conduta dele. Naquele contexto cultural, os advogados argumentaram que, ao ser largado e chamado de "corno", o Doca só podia reagir de uma forma.

Pro João Batista Cardoso, o João Lopes também não tinha outra opção quando ele pegou a mulher na cama com outro cara. O argumento da "legítima defesa da honra" continuava colando sete anos depois da condenação do Doca.

Quando o João Lopes foi levado a julgamento pela morte da mulher e do amante, o movimento "Quem Ama Não Mata" já tinha quase uma década.

**João Batista Cardoso:** Ele foi absolvido. E saiu do tribunal do júri junto comigo.

**Branca Vianna:** O João Lopes não teve “só” uma redução da pena, como o Doca. Ele foi absolvido. Mas, assim como no caso do Doca, o veredicto foi derrubado por um tribunal superior.

**João Batista Cardoso:** No primeiro, em Apucarana, foi absolvido; no segundo, no Tribunal de Justiça, foi absolvido; e no terceiro, em Brasília, foi cassado o julgamento e ele foi mandado a novo júri. Nesse novo júri, teve uma mobilização nacional, porque foi a primeira vez que o Superior Tribunal de Justiça, que eu consegui, inclusive se tornou jurisprudência nacional, dois votos reconhecendo que tinha, que socialmente existiria essa legítima defesa da honra, primeira vez que os ministros votaram reconhecendo, dois votos eu tive.

**Branca Vianna:** Essa decisão do Superior Tribunal de Justiça aconteceu em '91. Pro advogado, foi uma vitória. Mas, na verdade, ele perdeu. Foram dois votos... contra três.

**Jacqueline Pitanguy:** Tudo é muito lento. Com uma sentença do Superior Tribunal de Justiça, que é uma sentença que... Até muito bonita.

**Branca Vianna:** Eu ouvi o outro lado dessa história quando eu conversei com a Jacqueline Pitanguy – a socióloga feminista que cresceu brincando com a Ângela Diniz lá em BH.

**Jacqueline Pitanguy:** É uma apelação, né, de um julgamento de um assassinato no Paraná. Que o marido tinha executado a mulher etc. Então tem o appeal, né, pra corte maior, e esse ministro diz que a honra do homem não está na mulher, porque a mulher não é propriedade do homem. A honra do homem está nele mesmo, no que ele faz. É intransferível pra mulher. Então essa sentença, ela é um longo caminho, né. E um longo caminho que o movimento feminista percorreu, né.

**Branca Vianna:** A Jacqueline explicou que essa decisão, uma década depois do segundo julgamento do Doca, consagrou a ideia de que um homem não pode defender a honra dele atacando uma mulher.

Mas o advogado João Batista Cardoso contou que as coisas podem ser bem diferentes na prática. No final das contas, mesmo depois daquela decisão do STJ, teve outro júri e o povo de Apucarana absolveu o João Lopes mais uma vez.

**Branca Vianna:** A estratégia da legítima defesa da honra ainda é usada hoje em dia?

**João Batista Cardoso:** Ainda é, sim, ainda é, isso aí vai ser eterno tanto do homem como da mulher. Chega num ponto uma violenta emoção que não se aguenta, sabe. Eu defendi uma pessoa esses dias, um empresário também que pegou o telefone celular da mulher, e ela no dia anterior tinha saído pra ir num aniversário de uma amiga dela, sabe, e ele pegou o telefone, e a mulher dormindo, e ele pegou o telefone, dela tava assim: "olha, que noite maravilhosa que nós tivemos, você é demais, isso e aquilo". E naquela hora, ele foi lá no outro quarto, pegou uma arma e matou a mulher. E daí, fazer o quê?

**Branca Vianna:** E aí a estratégia da defesa foi...?

**João Batista Cardoso:** A legítima defesa da honra e a violenta emoção.

**Branca Vianna:** Ele foi absolvido?

**João Batista Cardoso:** Não foi absolvido, mas eu consegui uma desclassificação do homicídio triplamente qualificado para um homicídio privilegiado, que é o privilégio logo após injusta provocação da vítima, e a pena vai até cinco anos e é regime aberto, ele ganhou três anos e pouco, quase quatro anos, foi regime aberto.

**Branca Vianna:** Este último caso que o João Batista comentou é de 2018.

A gente falou bastante por aqui sobre o funcionamento do júri. Depois do primeiro julgamento do Doca, teve projetos de lei para reformar ou até acabar com o júri popular pra evitar esse tipo de veredicto. Só que eles não foram pra frente.

Claro que não dá pra dizer que a culpa é do jurado leigo que se convence com esse argumento. Nem o advogado que ainda usa essa linha de defesa é o cerne do problema. Eles são um sintoma. Eles são a ponta do iceberg de uma sociedade que entende que um cara que suspeita de traição tem o direito de matar a mulher.

Quer dizer: a gente tem que mudar a jurisprudência, mas tem que mudar a cultura também. Mas essa conclusão, além de óbvia, traz um desafio enorme. Como assim, mudar a cultura?

No sétimo episódio aqui do *Praia dos Ossos*, a gente contou que o movimento "Quem Ama Não Mata" teve origem na indignação pelo assassinato de duas mulheres mortas pelos companheiros delas num intervalo de duas semanas, em 1980.

Agora, no espaço de três semanas em setembro de 2019, cinco mulheres foram mortas pelos companheiros em Belo Horizonte. E isso virou... uma manchete regional.

Eu acompanho esse assunto, mas eu só fiquei sabendo dessa estatística específica porque fui falar com um juiz mineiro.

**Marcelo Fioravante:** Alô?

**Branca Vianna:** Oi, Marcelo?

**Marcelo Fioravante:** Sim, sou eu.

**Branca Vianna:** Oi, é a Branca, tudo bem?

**Marcelo Fioravante:** Ah, sim. Tudo bem?

**Marcelo Fioravante:** Meu nome é Marcelo Fioravante, eu sou o juiz sumariante do Primeiro Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais. Juiz sumariante atua especificamente em crimes dolosos contra a vida - homicídios, tentativas de homicídio, feminicídio...

**Branca Vianna:** Eu perguntei pro Marcelo se ele ainda vê a legítima defesa da honra sendo utilizada na cidade onde a Ângela cresceu. E ele disse que não.

**Marcelo Fioravante:** Nos grandes centros é muito pouco, quase nulo esse tipo de argumentação.

**Branca Vianna:** Segundo ele, hoje em dia, nas cidades grandes, pega mal atacar a vítima.

**Marcelo Fioravante:** Hoje em dia, a sociedade já vê com um pouco mais de aversão esse tipo de argumento. Então o argumento de legítima defesa buscando a absolvição desses crimes, no histórico, por exemplo, do Tribunal do Júri aqui da Comarca de Belo Horizonte, já há muito tempo não se verifica, não se presencia nos julgamentos desses casos de feminicídio. No entanto, nós percebemos, ainda, que ainda há algum resquício desse tipo de comportamento, ou desse tipo de percepção dos fatos, mas com outra roupagem, com outro tipo de argumentação que a defesa busca para obter outros tipos de benefício no processo em caso de eventual condenação do réu.

**Branca Vianna:** O caso citado pelo João Batista Cardoso, do homem que matou a mulher em 2018 depois de ver mensagens no celular dela, foi classificado como homicídio privilegiado.

**Marcelo Fioravante:** É o parágrafo primeiro do artigo 121 do Código Penal, que ele assim descreve: *Se o agente comete um crime impelido por motivo de relevante valor social - veja bem, Branca - ou moral, ou sob domínio de violenta emoção, logo em seguida à injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.* Ou seja, é uma redução significativa de pena caso os jurados reconheçam que o autor tenha agido dessa forma.

**Branca Vianna:** “Homicídio privilegiado” é quando o crime acontece de alguma forma que permita a redução da pena. Tipo: se o assassino tentou reparar o dano do crime – prestando algum tipo de socorro, por exemplo –, ou se confessou espontaneamente. Ou, neste caso, se ele foi provocado.

É o contrário do “homicídio qualificado”, que envolve algum fator que pode deixar a pena mais pesada. Tipo matar alguém de surpresa ou de algum jeito especialmente cruel. Mas vamos voltar pro homicídio privilegiado.

**Marcelo Fioravante:** O homicídio privilegiado é uma figura que sempre existiu, mas que acaba sendo explorada pela defesa nos casos de feminicídio para buscar uma atenuação da responsabilidade do agressor.

**Branca Vianna:** Atenuação da responsabilidade do agressor. Enquanto eu conversava com o Marcelo Fioravante, era impossível não pensar na Ângela e no Doca.

**Marcelo Fioravante:** É muito comum já ter um histórico de violência doméstica, sim, em relação a essas próprias pessoas, autor e vítima. Mas esse autor, em muitos dos casos, ele não tem histórico de cometimento de outros crimes.



**Branca Vianna:** A gente ouviu de várias fontes, inclusive do próprio Doca, que tinha violência no relacionamento. E não, o Doca não tinha histórico criminoso.

**Marcelo Fioravante:** Muitas vezes, até, assim, ele tenta argumentar dizendo: "Olha, eu fiz isso mas... porque ela agiu assim comigo. Mas porque ela disse isso. Ou porque, quando nós discutimos, ela me ofendeu. Ela ofendeu minha moral. Às vezes usando as expressões de baixo calão, reduzindo a masculinidade."

**Branca Vianna:** Só lembrando a frase que, segundo o Doca, a Ângela teria dito antes de morrer: "Se você quiser me dividir com homens e mulheres, pode ficar, seu corno."

**Marcelo Fioravante:** E a partir do momento que a mulher resolve tomar providências em relação a ele ou romper o relacionamento, geralmente nesses casos é que existe o comportamento homicida por parte desse agente, infelizmente. É quase que uma reação a uma tentativa dessa vítima de se livrar daquele agressor, daquele companheiro que se tornou seu agressor, o seu próprio algoz.

**Branca Vianna:** Então o cara já batia nela, e ela diz: "não, agora chega, eu não quero mais apanhar, eu vou embora", e aí o cara mata.

**Marcelo Fioravante:** É, já batia. Quando ela quer estabelecer um basta naquele tipo de relação, quer sair de casa com os filhos ou quer colocá-lo para fora de casa. Ou, muito comum, às vezes ela consegue romper o relacionamento, mas aí, passados alguns meses, ou algum tempo, ela já busca se relacionar com outra pessoa, ele vem de forma vingativa também, age por ciúmes e acaba atuando de forma a tirar a vida dela, infelizmente.

**Branca Vianna:** O Evandro Lins e Silva, na defesa do Doca, chegou a descrever ele como um passional "típico".

Mas, conforme o juiz Marcelo Fioravante ia descrevendo as características mais comuns entre os casos de feminicídio que ele via, parecia cada vez mais que o Doca era, na verdade, um feminicida típico.

A Ângela morreu quando ela quis terminar com o Doca. O Roberto Lobato voltou e matou a Jô quando eles já estavam desquitados. A Eloísa Ballesteros e a Maria Regina Santos Souza Rocha morreram por querer um divórcio. Todos esses casos foram feminicídios antes de essa palavra existir.

**Marcelo Fioravante:** Olha só, o inciso 6 do artigo 121 do Código Penal, ele trata de uma das figuras do homicídio qualificado, que é o feminicídio. Então ele fala: quando o crime ocorre contra a mulher por razões da condição do sexo feminino... E aí o parágrafo segundo já fala: considerar-se-á que há razões de condição do sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar, primeira hipótese; e, segunda hipótese, menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

**Branca Vianna:** A Lei do Feminicídio é de 2015. O que ela diz, basicamente, é que matar uma mulher por ser mulher é um tipo de homicídio especialmente grave.

Tem gente que diz que essa lei é uma “aberração jurídica”, e que não faria sentido tratar o homicídio de mulheres de um jeito diferente.

Mas dá pra olhar pelo outro lado e lembrar que, pelo menos no sistema brasileiro, durante séculos, o assassinato de mulheres foi tratado de um jeito diferente. Foi justificado. Perdoado. Desculpado. Amenizado. E isso só mudou oficialmente em 2015.

Nessa conversa com o Marcelo, acho que eu entendi pela primeira vez como essa alteração na lei mudou o jogo no tribunal.

**Branca Vianna:** Ficou mais fácil condenar esse tipo de criminoso depois da lei do feminicídio ou não fez diferença?

**Marcelo Fioravante:** Eu acho que fez sim. Eu acho que deixou muito claro. Porque antes, para eu conseguir enquadrar um feminicídio como homicídio qualificado, eu teria que encontrar aquela motivação dele, como a gente costuma dizer, passional, de uma forma mais abrangente, dentre alguns dos outros motivos do homicídio para qualificar a conduta. Quer dizer, se ele foi um motivo fútil, o motivo torpe, que são as circunstâncias que qualificam qualquer homicídio.

**Branca Vianna:** Lá no segundo episódio do *Praia dos Ossos*, a gente contou que o promotor Sebastião Fador Sampaio gastou boa parte da argumentação dele no primeiro julgamento do Doca tentando provar que o Doca teria matado a Ângela pra ficar com o dinheiro dela.

Essa era a tentativa dele de tornar o homicídio qualificado. O Doca teria matado por motivo torpe. Mas o promotor não conseguiu provar isso, até porque não era verdade, e o tiro acabou saindo pela culatra. Ele passou muito mais tempo falando sobre como o Doca era financeiramente dependente da Ângela do que no fato de que ele tinha matado ela.

Quer dizer: se o Doca fosse julgado hoje em dia, o jogo seria diferente.

**Marcelo Fioravante:** Com o dispositivo de estender o feminicídio como qualificador desse tipo de crime, não se busca mais discutir a motivação. O simples fato de o crime ter acontecido naquelas circunstâncias objetivamente qualifica homicídio. Então isso facilitou muito o enquadramento como homicídio qualificado, e aí o homicídio qualificado tem uma pena mais alta, tem consequências mais graves para o cumprimento de pena, é enquadrado como crime hediondo.

**Branca Vianna:** Por causa de toda a atenção midiática e a pressão feminista em cima do caso, o Doca acabou pegando uma pena longa pra época: quinze anos. E a Lei do Feminicídio veio pra prevenir o tipo de veredicto leve que ele recebeu no primeiro julgamento.

Mas tinha uma coisa que a gente ficava se perguntando: aquela sentença de quinze anos do Doca realmente serviu pra alguma coisa? Porque, apesar dessas leis mais duras, os números indicam que o feminicídio no Brasil tá aumentando.

E tem uma coisa que eu ainda não disse aqui, mas vou dizer agora: a Ângela Diniz não é a cara do feminicídio no Brasil hoje, e provavelmente nunca foi. O caso da Ângela é emblemático porque chamou tanta atenção. Mas a maior parte dos feminicídios registrados no país tem como vítimas mulheres pretas ou pardas. Mas então o que é que a gente faz?

Por um lado, sim, um castigo duro passa um recado pra a sociedade. Mas a gente não tem evidências fortes de que a ameaça de encarcerar alguém realmente funciona como prevenção. E se não funciona pra prevenir o crime, também não ajuda a reabilitar o criminoso. O artigo 1º da Lei de Execução Penal brasileira diz que a prisão serve para “proporcionar condições para a harmônica integração social” do indivíduo.

É difícil segurar um riso irônico – e triste também – quando a gente vê a distância entre o que a lei prega e as imagens de celas superlotadas que a gente tá acostumada a ver nas reportagens de tevê. O presídio da Água Santa, onde o Doca passou a maior parte da pena dele, estava longe de ser um modelo idílico para a reinserção na sociedade.

É curioso pensar o que é que a gente pretende quando encarcera os criminosos. É vingança? Ninguém tem a ilusão de que eles vão sair melhores de lá, certo? E aqui, eu preciso confessar que eu tô alinhada com a filosofia de uma pessoa um tanto inesperada: o Evandro Lins e Silva, o advogado do Doca no primeiro julgamento. O Evandro sempre se opôs à pena de reclusão. Ele dizia exatamente isso: que a prisão não regenera ninguém.

Mas a alternativa que ele propôs no caso do assassinato da Ângela foi a de deixar o assassino dela sair livre do tribunal. E isso, evidentemente, também não parece uma boa solução. Eu já tava ficando meio desesperada com esse dilema quando eu e a Flora começamos a ler sobre o conceito de justiça restaurativa. E aí a gente ligou pra Catarina Corrêa.

**Catarina Corrêa:** Meu nome é Catarina, e eu sou juíza criminal.

**Branca Vianna:** Ela é juíza em Brasília, e ela coordena o programa de justiça restaurativa do Distrito Federal.

**Branca Vianna:** A gente vai falar aqui sobre justiça restaurativa, então eu queria que você começasse explicando para a gente o que é isso.

**Catarina Corrêa:** [risos] Essa pergunta é bem difícil, mas na verdade...

**Branca Vianna:** É... deu para notar, que a gente leu bastante, e a gente... eu continuei meio confusa.

**Catarina Corrêa:** É... Então, assim...

**Branca Vianna:** A Catarina explicou que a justiça restaurativa obriga a gente a repensar o nosso conceito de justiça e castigo.

**Catarina Corrêa:** A gente tem a ideia de que quando a gente faz alguma coisa errada, alguma coisa contra a lei, a gente recebe uma punição e, recebendo essa punição, a gente está quites, né? Então tudo como antes. Você fez, você pagou, foi punido, está tudo bem. Só que, assim, a gente sabe que esse modelo não funciona, né? A gente trabalha com ele há séculos e, assim, os resultados são pífios. Então a ideia da justiça restaurativa é que o que você fez de errado, o que você fez contra a lei, não te gera uma imposição de castigo. Antes, te gera responsabilidades. Então se eu fiz alguma coisa errada... é... o que vai ser exigido de mim é que eu me responsabilize. E o que é se responsabilizar? A primeira coisa de se responsabilizar é se conscientizar. Se conscientizar é saber o que você fez. Aí você vai me dizer: “Não, mas todo mundo sabe o que fez.” Não, você não sabe o que você fez integralmente. Então, por exemplo, eu pego um rapaz que chega no ponto de ônibus, aponta a arma para uma senhora e leva a carteira da senhora. Ele sabe que ele foi lá, apontou uma arma e tomou a carteira? Claro! Isso ele sabe. Mas ele não sabe das consequências, ele não sabe... é... o que aquilo causou para aquela senhora. Então o primeiro passo é ele poder saber, né? É quem foi vitimado ter condições de trazer essas informações.

**Branca Vianna:** O que a justiça restaurativa propõe é algo como uma mudança gravitacional. O centro não é mais só o crime, a ação do criminoso – mas também o dano causado à vítima.

O que muda é que a vítima é chamada a se sentar na mesa que decide esse processo de penalização. E, nessas conversas, a ideia da tomada de consciência passa a valer pros dois lados: o ofensor entende melhor a vítima, e a vítima entende melhor o ofensor.

**Catarina Corrêa:** A gente fez um caso, por exemplo, de uma senhora que foi o roubo de um celular. E, depois dos encontros restaurativos, o jeito que ela se via reparada era que aquele dinheiro, que eram os 600 reais que ela pagou no celular, que ele doasse para uma instituição que tratasse de... é... pessoas com problemas com drogas, porque durante todo o processo ela entendeu que o problema dele era droga. E assim ela se sentia confortável, ela se sentia... é... reparada dele doando esse dinheiro para uma instituição. Você me entendeu?

**Branca Vianna:** Durante a entrevista, eu reparei que a Catarina pergunta muito isso. “Você me entendeu?”

E eu não acho que é vício de linguagem, não. Ela faz essas pausas a cada tanto, pra saber se a gente tá na mesma página. Porque ela tá falando de conceitos difíceis mesmo de assimilar – é uma mudança gravitacional mesmo, a gente tem que reacomodar as ideias que a gente tem muito arraigadas, desde pequena.

**Catarina Corrêa:** Porque é muito difícil, né? A gente mudar um padrão de comportamento que é o nosso padrão desde que a gente nasce, né? Que é a gente entender que a gente fez alguma coisa errada, leva um castigo e vida que segue, né?

**Branca Vianna:** A gente até diz, né, que a pessoa que cumpriu uma pena, ela prestou contas à sociedade, né? Existe até essa expressão, de que a pessoa, como você falou, tá quite, né?

**Catarina Corrêa:** E é péssimo isso, porque, assim, isso é uma falácia para os dois lados. Mas, assim, mesmo que você tivesse o melhor sistema carcerário do mundo. A pessoa sempre entende que, para o que ela fez - porque ela não passou por um processo de conscientização das consequências do que ela fez - que o que ela fez não merece aquele castigo todo. Você me entendeu?

**Branca Vianna:** Porque ela não sabe o que aconteceu na vida da vítima ou da família da vítima, né?

**Catarina Corrêa:** É... E aqui... Assim, com o sistema que a gente tem, vamos combinar, está sempre pagando mais, né?

**Branca Vianna:** É... É...

**Catarina Corrêa:** E aí vem o sentimento de injustiça também em relação ao ofensor. Ele se sente injustiçado. E, assim, se eu paguei mais do que eu devia eu estou no crédito, concorda?

**Branca Vianna:** [risos] É! É verdade...

**Catarina Corrêa:** E, se eu tô no crédito eu posso fazer mais, não é isso?

**Branca Vianna:** É... É verdade. E dá essa sensação mesmo nos ofensores, né?

**Catarina Corrêa:** É... E aí a gente não sai do lugar, né?

**Branca Vianna:** A gente não sai do lugar. E o que a gente quer, com a justiça, é justamente sair do lugar. Mas, do jeito que a justiça tem sido feita até aqui, a vítima se sente injustiçada, e o criminoso, punido, também se sente injustiçado.

Hoje, em 2020, o sistema brasileiro ainda não reconhece oficialmente o conceito de justiça restaurativa. A Catarina disse que algumas jurisdições têm experimentado alguns mecanismos, nas brechas da lei.

**Catarina Corrêa:** O primeiro passo do processo é uma audiência de, entre aspas, conciliação, né? E que a gente trabalha de uma forma restaurativa, que é isso: dar oportunidade para a vítima contar o que aconteceu e como ela se sentiu machucada com aquilo, dar espaço para o ofensor se conscientizar, e eles construírem um acordo.

**Branca Vianna:** Talvez você esteja pensando: e quando a vítima não tá mais aqui justamente por causa do que o ofensor fez? Não tinha mais como a Ângela sentar na mesa com o Doca pra tentar restaurar a ofensa.

Eu perguntei então pra Catarina se tinha algum tipo de crime que era tão grave que não se encaixaria no conceito de justiça restaurativa. E ela disse que não. Nesses casos – mesmo nos piores casos – a justiça restaurativa pode trabalhar com o ofensor e quem sofreu as consequências da ofensa – como a família da vítima.

**Catarina Corrêa:** Às vezes a própria família sente a necessidade, né? De ter respostas que só o ofensor pode dar, né? A moça foi assassinada quando a filha dela tinha dois

anos. E filha dela se encontrou com o assassino. A filha dela e a mãe dela, né, então a neta e a avó, se encontraram com esse assassino dezesseis anos depois. E ela falando assim, eu queria tanto saber quais foram as últimas palavras da minha mãe...

**Branca Vianna:** Nossa...

**Catarina Corrêa:** Você entendeu? Então, assim, quem que pode responder isso? E quem pode responder isso de verdade, né? Então é disso que a gente está falando.

**Branca Vianna:** Nesse caso, e em outros cenários, esse processo de justiça restaurativa corre em paralelo com os processos tradicionais. O fato de o ofensor participar dessas conversas pode não ter nenhum impacto na pena dele. Mas pode ter um impacto enorme na vida dele e na da vítima, ou da família dela.

**Catarina Corrêa:** Porque assumir responsabilidade também não é fácil, não... É muito doloroso. É muito mais fácil você receber uma pena e sair como vítima do sistema. Muito mais fácil.

**Branca Vianna:** Eu imagino. Você encontrar a família da sua vítima ou a própria vítima deve ser difícil.

**Catarina Corrêa:** E mais do que isso, Branca, antes disso você encontrar consigo mesmo, né?

**Branca Vianna:** É. Para realmente assumir que aquilo aconteceu e que a culpa foi sua, né?

**Catarina Corrêa:** Exatamente. E que a responsabilidade foi sua, né? Porque daí, assim, a gente tira essa história de culpa. Porque culpa a gente não tem como se livrar, né? Agora, das nossas responsabilidades a gente tem, né.

**Branca Vianna:** Quando eu entrevistei o Doca, ele comentou que uma pessoa da família da Ângela procurou por ele recentemente, querendo conversar. Mas ele disse que não dava conta.

E eu fiquei pensando no filho mais velho da Ângela, que representou a família no segundo julgamento. Numa entrevista naquela época, ele disse que queria mesmo era que o Doca morresse. Eu comentei disso com a Catarina.

**Catarina Corrêa:** Esse rapaz, ele se expressa assim nesse julgamento, porque quais são as duas únicas opções que ele enxerga na frente dele? Né? Ou ser conivente com a morte da mãe ou querer a morte do agressor. Porque, assim, eu tenho certeza que esse rapaz também tinha milhares de perguntas para fazer para o Doca, eu tenho certeza que ele tinha milhares de questões que poderiam ser resolvidas com o encontro dos dois. Mas, assim, esse espaço a gente ainda não construiu, né? E também, eu vou te ser sincera. Eu... É... Você poderia conversar com ele anos depois e perguntar: "Ah, ele..." - é claro que a gente não sabe - "Ele foi condenado à morte, e aí, isso para você foi o suficiente?" E ele vai dizer que não, você me entendeu? Por quê? Porque é uma dor que a gente não cura com vingança, né? Com o que o sistema oferece. A gente... a gente cura mesmo é com escuta, com responsabilidade, com reparação. E não é que vai curar, mas é que possibilitar às pessoas seguirem adiante, né?

**Branca Vianna:** E seguir adiante não quer dizer, absolutamente, esquecer. Principalmente nos casos mais graves, como o homicídio. Mas todo mundo que já perdeu alguém, mesmo de morte morrida mesmo, nem precisa ser de morte matada, sabe que não é fácil seguir adiante.

É óbvio que o que persiste além do processo da justiça é o luto. Uma ausência muito concreta daquela pessoa.

Uma das razões de ser do *Praia dos Ossos* era contar a história dessa mulher nada feminista, mas cujo assassinato motivou um capítulo importante da história do feminismo brasileiro.

Por isso eu entrevistei mais de sessenta pessoas, por isso a gente fichou dezenas de jornais, em busca de qualquer informação que pudesse recuperar algum detalhe de quem foi a Ângela Diniz, em toda a sua tridimensionalidade, digamos.

E uma das coisas que nos deixaram mais frustradas no decorrer dessa pesquisa foi não encontrar registros da voz da Ângela. A gente perguntou pra vários amigos, que respondiam de um jeito subjetivo demais – claro, não podia ser diferente. Que a voz era “bonita”, que era “alegre”. Não diz muito, né? É difícil descrever uma voz.

No quarto episódio, eu contei de quando a gente chegou mais perto disso, ouvindo o áudio distorcido de um depoimento da Ângela a um juiz em Minas.

**Ângela Diniz:** Eu não tenho nada a falar.

**Branca Vianna:** “Não tenho nada a falar”, ela disse. Depois dessa, a gente tentou se conformar. Mas sabe quando é só você parar de procurar uma coisa que essa coisa aparece? Quase no final da nossa apuração, a Flora topou com um registro da Ângela que era diferente de tudo que a gente já tinha visto.

Era um comercial para um cartão de crédito, dirigido pelo cineasta Luiz Sérgio Person. A gente conseguiu ver o comercial porque saiu como extra no DVD de um filme do Person, *São Paulo S.A.* Vida longa aos extras de DVD, porque o comercial é fantástico.

Tem uns três minutos, e todo o conceito é que uma série de celebridades e semicelebridades vai endossando o cartão e explicando por que ele melhorou a vida delas. Tem o compositor Carlos Imperial. O Nelson Motta. O nosso velho amigo, o colunista social Giba Um, do episódio 5.

**Giba Um:** O Passaporte é mesmo um cartão nacional. Ele identifica as pessoas que sabem das coisas.

**Branca Vianna:** Tem até o Daniel Más, aquele colunista social que personificava as roupas das pessoas.

**Narrador:** Daniel Más, mais discutido cronista do Brasil.

**Daniel Más:** As pessoas que são notícia usam Passaporte. Eu sei das coisas.

**Branca Vianna:** E tem ela.

**Narrador:** Ângela Diniz, uma das mulheres mais sensacionais da sociedade do Rio de Janeiro.

**Branca Vianna:** O comercial é dos anos '70, com a Ângela já morando no Rio e curtindo a fama de pantera.

Ela tá usando um tailleur verde xadrez e brincos grandes, sentada entre um abajur e um relógio antigo na parede, segurando o cartão entre os dedos de uma mão, como quem nada quer. No começo do plano, ela olha pro lado, como se estivesse lendo um papel. Aí, ela volta o olhar pra câmera e diz:

**Ângela Diniz:** O cartão de crédito Passaporte era o que faltava no Brasil. Acho um luxo.

**Branca Vianna:** Ela sorri. E é só isso. Quer dizer, a parte da Ângela é só isso, tem mais um minuto ainda de depoimentos de celebridades.

Mas a gente ficou absolutamente obcecada com esse pedacinho de filme. Essa era a primeira vez que a gente tava ouvindo a Ângela direito, vendo ela em cores, e vendo ela num momento feliz, sem ser depondo numa delegacia ou já como vítima. No comercial, ela tá bronzada, tá sorridente, tá linda, tá absolutamente cativante. Nesses seis segundos em que ela aparece, dá pra entender perfeitamente por que tanta gente se apaixonava por ela. Suco de carisma. Tá tudo aí.

Nessa altura, a gente já tava convivendo com esse caso há mais de um ano. A gente tinha visto tudo quanto era coisa da Ângela. Mas isso era diferente. Era como se desse pra sentir a pessoa ali. E sentir o tamanho da perda. Dava uma vontade de ter algum tipo de memorial.

Em algum momento da pesquisa, a gente descobriu que tem pelo menos quatro vias públicas no Brasil com o nome da Ângela Diniz. Uma fica no Conjunto Palmeiras, um dos bairros mais pobres de Fortaleza. Outra fica no bairro da Paz, numa cidade no Pará chamada Parauapebas. Nesses dois bairros, tem várias ruas com nomes de celebridades.

A Rua Ângela Diniz cearense fica entre a Rua Dalva de Oliveira e a Rua Oscarito. A Avenida Ângela Diniz paraense faz esquina com a Rua Mané Garrincha e a Rua Daniela Pérez.

Tem ainda uma Rua Ângela Diniz em São Gonçalo, no estado do Rio. Mas em outubro de 2020 ela nem aparecia nos mapas, só no site dos Correios.



E tem uma Rua Ângela Diniz em Búzios. É pertinho da Praia dos Ossos, quase dando no quintal da casa onde a Ângela morreu. Quando a gente foi pra lá, depois de andar pela praia, eu, a Flora, e o nosso técnico Caio fomos dar uma volta na rua de trás.

**Flora Thomson-DeVeaux:** Eu acho que é essa ruazinha aqui.

**Branca Vianna:** Essa rua aqui?

**Flora Thomson-DeVeaux:** É.

**Branca Vianna:** Essa é a Rua Ângela Diniz?

**Branca Vianna:** Uma mulher na lanchonete da esquina confirmou.

**Flora Thomson-DeVeaux:** É, falta achar uma placa.

**Branca Vianna:** É bonitinha.

**Flora Thomson-DeVeaux:** É bonitinha.

**Branca Vianna:** Aqui tem placa, não?

**Flora Thomson-DeVeaux:** Ali não tinha placa, não, vamo caminhando, vamos dar numa lagoazinha aqui.

**Branca Vianna:** Uma pergunta era: quem tinha resolvido homenagear a Ângela com aquela rua? E quando?

A Flora e a nossa produtora Claudia Nogarotto perderam um tempinho tentando investigar uma decisão municipal de 2010 que tinha dado o nome. Acontece que, antes de 2010, oficialmente, nenhuma rua em Búzios tinha nome. Era um resquício dos tempos mais rústicos.

A gente ouviu que tava um caos tão grande que os Correios estavam quase desistindo de entregar por lá. Aí, em 2010, a prefeitura resolveu tentar regularizar tudo de uma vez. E a rua Ângela Diniz entrou nesse balaio.

**Flora Thomson-DeVeaux:** Aqui a lagoazinha.

**Branca Vianna:** Uma água com a cara meio insalubre.

**Flora Thomson-DeVeaux:** Não se pode ter tudo.

**Branca Vianna:** E talvez não seja insalubre, talvez seja só um rio. Tem um pato, ou um bicho. Vários, aliás.

**Branca Vianna:** Só que em 2019, parecia que ainda não tinha placa. A gente queria tirar uma foto, então continuamos andando pela rua.

**Branca Vianna:** Não, vamo achar uma placa

**Caio Barreto:** Talvez um relógio da Light.

**Branca Vianna:** Será que a gente chegou do outro lado dos Ossos, vai dar no outro lado dos Ossos, não?

**Flora Thomson-DeVeaux:** Não, é só aqui mesmo. Gente, não colocaram nem placa, poxa vida.

**Branca Vianna:** Tem uma galinha, mas a galinha não vai saber dizer pra gente se isso é a Rua Ângela Diniz.

**Branca Vianna:** No final da rua, ao lado de uma lagoazinha, tinha algumas casas.

**Branca Vianna:** Vamo ver aqui. Ô de casa!

**Branca Vianna:** Um argentino muito solícito saiu e conversou com a gente.

**Branca Vianna:** Oi! Oi, desculpa, tudo bem, moço? Posso fazer uma pergunta? Eu queria saber se essa aqui é a Rua Ângela Diniz.

**Argentino:** É.

**Branca Vianna:** Essa aqui ou essa aqui?

**Argentino:** Essa.

**Branca Vianna:** O senhor já mora aqui há muito tempo?

**Argentino:** Sim.

**Branca Vianna:** Quando o senhor mudou pra cá já era Rua Ângela Diniz?

**Argentino:** Ah, sim, há mais de vinte anos.

**Branca Vianna:** Mais de vinte anos que essa rua tem esse nome?

**Argentino:** Sim, pouco tempo depois que morreu a mulher eles fizeram.

**Branca Vianna:** Foi pouco tempo depois que fizeram a homenagem?

**Argentino:** Ahã.

**Branca Vianna:** Então nos anos '70 talvez...

**Argentino:** Sim, sim.

**Branca Vianna:** Tá, brigada, hein? Desculpa atrapalhar.

**Branca Vianna:** A gente não achou registros de nenhuma mobilização popular em torno dessa rua. Parece que foi uma coisa espontânea, orgânica. Quando abriram uma rua atrás da Praia dos Ossos, alguém, ou vários alguéns acharam uma boa ideia batizá-la com o nome da Ângela.

Antes da lei municipal de 2010, antes do Google Maps, só quem andava por ali ia saber da homenagem. Agora tá um pouco mais pública, mas ainda bem discreta.

**Branca Vianna:** Essa rua não tem placa? Essa é a Rua Ângela Diniz, né? E não tem placa, não, né?

**Mulher:** Não tem.

**Branca Vianna:** Pode não ter placa, mas tem outros jeitos de resguardar a memória.

**Branca Moreira Alves:** Eu acho que... por que contar essa história hoje? Eu acho que é porque foi muito simbólico.

**Branca Vianna:** Essa é, de novo, a minha mãe, Branca Moreira Alves, conversando com a Flora.

**Branca Moreira Alves:** Foi muito simbólico, foi muito simbólica a... conseguir reverter a ideia de que ela tinha provocado a própria morte pela conduta dela na vida. Isso é, assim, absolutamente fundamental pra você ver a mulher de hoje por exemplo. Entendeu? Porque hoje as mulheres fazem o que ela fazia, né. Elas saem, elas têm vários namorados, elas saem de casa, elas vão trabalhar ou não vão trabalhar, mas vão viver a sua vida livre, né. Não digo todas, mas enfim. É... ninguém vai dizer que ela merece morrer porque ela teve vários namorados. Porque ela não é casada, porque ela é amante, né.

**Branca Vianna:** Na época, o que mais marcou a minha mãe foi o discurso do Evandro Lins e Silva no primeiro julgamento do Doca.

**Branca Moreira Alves:** O julgamento do Doca Street na defesa na defesa do Evandro, ali você tem um resumo da... da ideologia patriarcal. É, assim, chocante. Absolutamente chocante. É absolutamente chocante! É como se a gente, a gente de repente tá, assim... distraída, sendo mulher, vivendo a sua vida, e de repente tem uma pessoa que vai ali e diz essas coisas, e mostra pra gente o que que é isso. Evandro também era uma pessoa de esquerda, tá? Ou não vou dizer de esquerda, mas contra, contra a ditadura, tá, não sei se era de esquerda, você vê, na cabeça desses homens aparece bonitinho a receita do patriarcado. É assim, dois ovos, não sei quantos de farinha, manteiga não sei quê, e você faz o bolo, e isso chama patriarcado. É ali. Então eu acho que, assim, o simbolismo da Ângela não é no assassinato, porque muitas foram assassinadas, é na defesa do Evandro, e no que ele usou, e na mídia, como a mídia respondeu, entendeu?

**Flora Thomson-DeVeaux:** E tá em vocês.

**Branca Moreira Alves:** Como tá em vocês?

**Flora Thomson-DeVeaux:** Que teve reação.

**Branca Moreira Alves:** Hmm, tá, pois é.

**Branca Vianna:** A Flora disse que o simbolismo tava nelas porque, no segundo julgamento, minha mãe foi uma das mulheres que foi pra Cabo Frio.

**Branca Moreira Alves:** Eu acho que a gente dormiu no ponto. Sabe? No primeiro julgamento. E aí, pro segundo, a gente foi com tudo, né. Pois é.

**Branca Vianna:** A gente só não tem mais detalhe porque ela não lembra de nada, porque foram muitas manifestações naquela época. Foram décadas de mobilização.

**Branca Moreira Alves:** É... é duro vencer o patriarcado, é resiliente, cara. É resiliente.

**Branca Vianna:** Eu, como a minha mãe disse, nunca ia nessas manifestações. A Flora perguntou pra ela o que ela achou de eu estar fazendo este podcast.

**Branca Moreira Alves:** Credo, eu acho uma maravilha!

**Flora Thomson-DeVeaux:** Ela chegou a dizer uma vez que ela sente, se sente meio que a geração dela não, não participou tanto, não comprou tanto a luta.

**Branca Moreira Alves:** É verdade, é verdade. É uma geração, não foi só elas, é geração. Não sei o que é que deu nelas, porque a geração depois pegou, né. Eu gostaria de saber, às vezes a gente se pergunta, Jacqueline, Leila e eu tal, é... Mas, por exemplo, é engraçado, na época, elas eram adolescentes, as minhas filhas, a filha de Jacqueline, e as filhas da Leila e tal, e achavam um saco.

**Flora Thomson-DeVeaux:** Você acha que esse projeto é uma forma de a Quinha tirar o atraso, pagar o pecado?

**Branca Moreira Alves:** Não tenho a menor ideia. Mas tô adorando. E que tirar atraso nada, ela se interessou, né. Eu acho, eu não... eu, eu não atribuo a mim de jeito nenhum.

**Flora Thomson-DeVeaux:** Como assim?

**Branca Moreira Alves:** Não acho que é porque é minha filha e que ela foi impregnada da questão. Eu não vejo como sendo minha herdeira, não vejo. Nenhuma das duas.

**Flora Thomson-DeVeaux:** Mas é herdeira.

**Branca Moreira Alves:** Acho que é porque tá aí na sociedade a coisa.

**Flora Thomson-DeVeaux:** Ah, tá na sociedade, mas também tava em casa, tava... tem esse exemplo aí.

**Branca Moreira Alves:** Tava em casa, coitadas. É.

**Branca Vianna:** Tem uma coisa – das muitas, aliás – que eu admiro muito na minha mãe e nas feministas da geração dela. Elas enfrentaram anos de ataques, de deslegitimação, de pessoas dizendo que as reivindicações delas eram absurdas ou falta de sexo.

E, enquanto isso, mulheres iam sendo discriminadas, violentadas, e mortas. Era desesperador. Dava muita raiva. Mas elas conseguiram não se afogar nesses sentimentos.

Elas pegaram a raiva, o luto, tudo isso, e conseguiram transformar em ação. Reunião. Manifestação. Manifesto. Congresso. Comitê. Tudo isso que eu achava um saco naquela época, e hoje em dia acho admirável.

E, incrivelmente, elas também não perdiam o senso de humor. Nas marchas do Dia Internacional da Mulher, elas se superavam. Elas saíam fantasiadas com estereótipos femininos. Parecia mais um bloco de carnaval.

Teve uma em que a Jacqueline Pitanguy foi vestida de debutante. Outras foram de normalistas. Em '83, a escritora Carmen da Silva foi como a “Rainha do Lar”, e ficava enfiando um espanador dentro de um balde de água ensaboada e “benzendo” os presentes.

E na marcha de 1989, a minha mãe saiu com um look extraordinário. Segundo *O Globo*, foi assim:

“A presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Branca Moreira Alves, saiu na ala ‘Amor de paixão’ usando um chapéu acetinado com plumas, botas e capa, e arrastando um cavalo de madeira: o nome da fantasia era ‘príncipe encantado e seu cavalo branco’.”

Ela tinha uma plaquinha que dizia: “procuro princesinha para costurar, lavar e amar.” O cavalinho de madeira ela pegou emprestado da minha filha Luiza.

**Branca Moreira Alves:** [risos] Que máximo, a gente se divertia demais da conta. Tinha muita raiva, mas se divertia muito também.

**Branca Vianna:** Acho que é essa mistura que fez com que elas conseguissem levar essa luta por anos a fio.

Eu não sei se eu sou herdeira da minha mãe. Mas eu sei que, hoje em dia, todos somos herdeiros do mundo que ela – e tantas outras – ajudaram a construir. E, pra continuar nesse caminho, a gente tem que saber por onde viemos. Por isso contar a história é tão importante.

A história dessa onda do feminismo no Brasil. E a história das mulheres que não puderam chegar até os dias de hoje. Jô Souza Lima. Eloísa Ballesteros. Maria Regina Santos Souza Rocha. Maria Regina Rezende. Terezinha Lopes. E Ângela Diniz.

Eu sou a Branca Vianna, filha da Branca Moreira Alves, e esse foi o *Praia dos Ossos*.

O *Praia dos Ossos* termina aqui, mas você pode continuar a conversa com a gente: dentro da página da Rádio Novelo no Facebook, tem um grupo pros ouvintes do podcast. E fica de olho nesse feed.

Eu sempre fico brincando com o crédito da Flora Thomson-DeVeaux, mas é porque ela fez de tudo nesse projeto.

A montagem é da Laís Lifschitz. A direção criativa é da Paula Scarpin, que assinou o roteiro com a Flora, e com o Aurélio Aragão e o Rafael Spínola, da Segundo Andar.

A coordenação digital é da Kellen Moraes. Nosso diretor executivo é o Guilherme Alpendre. A produção é da Claudia Nogarotto.

A captação pra esse episódio é do Caio Barreto e do Rodrigo Pereira. Gravamos com o Estúdio Rastro no Rio. Pesquisa audiovisual de Antonio Venancio. Áudio de arquivo do DVD de *São Paulo S.A.*, de Luiz Sérgio Person.

A identidade sonora do *Praia dos Ossos* foi composta pelo Pedro Leal David, com música adicional de Mari Romano e da Blue Dot. A finalização e mixagem são obra do João Jabace.

Nossa identidade visual é da Elisa Pessôa, nossos vídeos são da Marina Quintanilha, e o nosso site é da Café. A Isabela Moreira é a editora das nossas redes sociais, que tem peças produzidas também pelo Mateus Coutinho. A Ana Beatriz Ribeiro e a Juliana Jaeger completam o time digital.

Luciele Almeida fez a gestão de campanha de mídia. A checagem foi do Érico Melo e da Luiza Miguez.

Para este episódio, queria agradecer a ajuda da Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy, Fernando Fragoso, João Batista Cardoso, Marcelo Fioravante, Catarina Corrêa, Regina Jeha, e Marina Person. Também queria agradecer todo mundo que nos ajudou com comentários, informações, ou depoimentos, que foi muita, muita gente mesmo.

E se você chegou até o final dos créditos deste último episódio, obrigada também a você por nos ouvir e nos acompanhar.